

## A NOVA REVOLTA DA VACINA? UMA ANÁLISE SOBRE OS COMENTÁRIOS NO FACEBOOK DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DURANTE A CAMPANHA DE VACINAÇÃO DO HPV<sup>1</sup>

Josemari Poerschke de Quevedo<sup>2</sup>  
Myrrena Inácio<sup>3</sup>

### RESUMO

A implementação da vacina do HPV no Brasil se revelou um processo complexo permeado de controvérsias científicas e públicas. Voltada a adolescentes e em três doses, a vacinação já realizou a aplicação das duas primeiras e foi orquestrada pelo Ministério da Saúde a partir de uma estratégia específica. O processo repercutiu mobilizando atores sociais, mídia e a população, especialmente as adolescentes, público direto, e familiares, público indireto. A vacina apresenta uma série de dúvidas sobre efeitos adversos e segurança, além de questionamentos de religiosos por se tratar da imunização de meninas antes de iniciarem a vida sexual. A partir deste panorama, o artigo analisa os comentários no Facebook do Ministério da Saúde em postagens referentes à campanha do HPV para verificar como ocorreu a comunicação pública entre Estado e sociedade. Para tanto, a metodologia de análise de conteúdo qualitativa possibilitou a verificação da controvérsia enquanto categoria nos comentários expostos pela população e na condução dada pelo Ministério da Saúde diante disto. O resultado mostra que o Estado buscou exercer um tipo de controle minucioso das operações do corpo feminino, sem prever eventuais e possíveis consequências que extrapolariam a sua esfera de poder. Portanto, verifica-se que em níveis qualitativos o diálogo entre população e Ministério da Saúde nos comentários do Facebook é limitado. A comunicação pública neste ambiente, de parte do Estado, não atinge níveis considerados satisfatórios sobre uma política pública nova e complexa.

**Palavras-chave:** Vacinação HPV. Comunicação Pública. Redes Sociais.

### 1. INTRODUÇÃO

Em 1904, as belas paisagens do Rio de Janeiro se contrastavam com a falta de saneamento básico e com as péssimas condições de higiene que resultaram em uma epidemia de varíola. Para minimizar o quadro caótico, Oswaldo Cruz, que na época assumia um cargo

---

<sup>1</sup> Trabalho inscrito para o GT Comunicação e Política do VII Encontro de Pesquisa em Comunicação – ENPECOM.

<sup>2</sup> Doutoranda em Políticas Públicas, Universidade Federal do Paraná – UFPR, josemari.quevedo@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda em Políticas Públicas, Universidade Federal do Paraná – UFPR, myrrena@gmail.com.

equivalente ao de ministro da Saúde, enviou uma lei ao Congresso com o intuito de sanear a cidade e reiterar a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, já instituída em 1837, mas que nunca tinha sido cumprida (PORTO, 2003, p. 54).

Entretanto, a maneira na condução da campanha de vacinação (invasão de domicílios, vacinação à força, criação de uma polícia sanitária) causou uma repulsa na população que ainda desconhecia e temia os efeitos que a injeção de líquidos desconhecidos poderia causar no corpo das pessoas, culminando num motim popular, com estopim em 11 de novembro de 1904, conhecido como a “Revolta da Vacina” (PORTO, 2003, p. 54).

Isto infere que recusa a vacinas não é novidade e o procedimento pode gerar medo na população quando uma tecnologia acabada chega para uso cotidiano sem preparo prévio. A história parece se repetir agora, depois de pouco mais de um século, ao se observar a maneira e a forma com que ocorreu a campanha de vacinação contra o HPV, considerando as deficitárias e duvidosas informações disseminadas pelo Ministério da Saúde (MS) à população que também reagiu com desconfiança diante da tecnologia.

No entanto, diferentemente do início do século XX, a vacinação do HPV vai além de um receio da população. A vacina apresenta considerável controvérsia científica na comunidade médica<sup>4</sup>, oriunda da suspeita de que não seja 100% segura à saúde por apresentar sérios riscos de efeitos colaterais<sup>5</sup>. Além disso, a repulsa ao procedimento convergiu com

---

<sup>4</sup> Notícia publicada pelo site do Jornal Folha de São Paulo em 02/02/2014, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1406378-vacinacao-contravirushpv-divide-opiniao-de-medicos.shtml>. Pesquisa realizada em 16/06/2015. Ademais, o documento do Anais de Medicina (2011) informa que não há comprovação sobre a eficácia da vacina do HPV em prevenir o câncer do colo do útero, enquanto os riscos da vacina continuam a ser avaliados. Recomenda que se deveria adotar uma abordagem médica mais rigorosa baseada em evidências para se chegar a uma avaliação balanceada e objetiva sobre os riscos e benefícios dos dois tipos de vacina disponíveis no mercado – a Gardasil e a Cervarix. Publicação do Informe Healthcare, pesquisado em 16/06/2015, publicado em 2011 disponível em <https://pt.scribd.com/doc/127818325/Annals-of-Medicine-HPV-Vaccine>.

<sup>5</sup> Notícia sobre um caso na França em que uma menina teve uma série de problemas de saúde, incapacitantes, e que, por isso, abriu processo contra o laboratório fabricante da vacina Gardasil. Acesso em 20/04/2014. Disponível em

motivação obscurantista de religiosos contrários à vacina<sup>6</sup> por considerarem um estímulo à iniciação precoce da vida sexual das meninas, público alvo da tecnologia.

A vacinação nacional contra o HPV teve início em março de 2014 e buscou mobilizar o público feminino adolescente para a imunização contra o *papilomavirus humano*, de alta incidência e que pode causar câncer no colo do útero. O Programa Nacional de Imunização (PNI) do MS adotou a vacina quadrivalente recombinante, a Gardasil® do Laboratório Merck Sharp & Dohme (MSD), que protege contra HPVs tipos 6, 11, 16 e 18.

A campanha se iniciou com a imunização de meninas com 11, 12 e 13 anos de idade em 2014, seguindo com as meninas de 9, 10 e 11 anos de idade em 2015 e com 9 anos de idade em 2016. A meta é cobrir 80% da população alvo, cerca de 4,16 milhões de meninas, e alcançar "imunidade coletiva ou de rebanho"<sup>7</sup>, reduzindo a transmissão do vírus HPV mesmo entre pessoas não vacinadas. O esquema vacinal adotado é de 3 doses, estendido, colocando um intervalo de 6 meses entre a 1ª e a 2ª doses; e de 60 meses entre a 1ª e a 3ª dose. A 3ª dose após 5 anos da 1ª seria garantia adicional à manutenção de uma resposta mais prolongada.

Ocorre que a complexidade da aplicação da vacina (em três doses de período estendido e a faixa etária), a forma da implementação no Brasil, os efeitos colaterais que foram sendo ventilados pela mídia e a vinculação da doença com a atividade sexual, geraram uma controvérsia pública. Por conseguinte, essa ação pública de saúde culminou na intervenção no “mundo da vida” (HABERMAS, 1987) destas adolescentes e de suas famílias caracterizado pela fragilidade nos esclarecimentos públicos, com falta de debate com a sociedade e um tempo curto entre treinamento, divulgação e aplicação. Além disso,

---

<http://saude.terra.com.br/videos/jovem-processa-fabricante-de-vacina-de-hpv-na-franca,499335.html> .

<sup>6</sup> Informação baseada em notícias sobre o assunto. Exemplo pode ser verificado na publicação do portal do Jornal Tribuna da Bahia em 12/03/2014. Pesquisa realizada em 20/05/2014. Disponível em <http://www.tribunadabahia.com.br/2014/03/12/maes-evangelicas-nao-concordam-com-vacina-contr-hpv>.

<sup>7</sup> *Herd immunization*: imunidade de rebanho, também chamada imunidade de comunidade, se refere à “extensão da proteção conferida por uma vacina a segmentos não vacinados da população, devido ao controle ou à diminuição da circulação do agente infeccioso como decorrência do aumento de indivíduos tornados imunes pela vacinação” (BRASIL, 2014).

evidências sobre efeitos adversos e dúvidas repercutiram na imprensa, mobilizando profissionais de saúde e governo para responder posicionamentos de diversos grupos sociais.

A convocação da população alvo para se vacinar concentrou movimentação em torno da aplicação. Na primeira ocasião, sobressaiu o fato dos religiosos se posicionarem contra a vacina por julgarem que faria apologia à iniciação da vida sexual. Entre os profissionais de saúde não se estabeleceu consenso diante de suspeitas de efeitos. Na 2ª fase, quando efeitos colaterais atribuídos à vacina apareceram com mais evidência, a controvérsia se acirrou nas redes sociais do MS, com uma enxurrada de questionamentos sobre a segurança da vacina.

Um canal interessante de observações sobre as dúvidas da população e a forma com que o Ministério da Saúde conduziu as problemáticas se concretizou na fanpage oficial do órgão (<https://www.facebook.com/minsaude?fref=ts>) que apresentou postagens referentes à campanha de aplicação da 1ª dose da vacina (iniciada em março) e da 2ª dose (setembro) de 2014. Diante do exposto, o objetivo do artigo é verificar a controvérsia da vacina HPV na interação dos comentários na página do Facebook do órgão federal. São verificados os receios e questionamentos expostos pela população e as respostas da equipe de comunicação do MS no enfrentamento das controvérsias. Ademais, apresenta-se uma abordagem teórica que discute a prioridade da vacinação de meninas adolescentes, relevando a valorização do feminino no discurso político de promoção da vacina. Nessa cotização, interessa também a característica da posição de Estado no que tange à prática das relações de poder, o discurso e a constituição do biopoder preconizados por Foucault<sup>8</sup>.

## 2. O FEMININO NA PRIORIDADE DE VACINAÇÃO

A decisão do Ministério da Saúde foi priorizar a vacinação de adolescentes<sup>9</sup> meninas em uma estratégia que deverá proteger meninos e homens sob efeito rebanho. A vacinação do

---

<sup>8</sup> Para esse artigo, analisou-se as seguintes obras de Foucault: *Vigiar e Punir* (1975), *Segurança, Território, População* (2008 [1977-1978]), *Microfísica do poder* (1979) e *A Ordem do Discurso* (1996).

<sup>9</sup> Embora haja alguns municípios no Brasil e também casos em outros países que estipulem a vacinação dos meninos, a estratégia brasileira demarcou as adolescentes para a vacinação do HPV. É importante ressaltar que isto pautou a propaganda institucional da

HPV no Brasil enquanto política pública assumiu uma formulação *top-down*, caracterizada pelo controle dos formuladores a partir do topo das organizações – no caso o MS -, que assumiu a dianteira e a estipulação das políticas, regras e responsabilidades (DALFIOR et al, 2015, p. 217), sem contar com a participação pública na concepção ou outras instâncias.

A valoração da vacina no discurso político ressaltou a proteção das adolescentes para que se tornem mulheres saudáveis. Isto ganhou um peso simbólico importante especialmente no discurso da presidente Dilma Roussef durante o lançamento da campanha de vacinação no CEU Butantã em São Paulo.

Em abordagens comunicacionais, enfoca-se que “gênero é construído socialmente e pode compreender o universo feminino, o masculino, o homossexual”, sendo também “uma representação simbólica, criada a partir da experiência, fatores políticos, econômicos e aprendida socialmente” (PANKE et al, 2013, p.5). A posição presidencial primordial foi colocar a tecnologia como um benefício de emancipação das mulheres, conforme descrito no trecho de discurso abaixo.

(...) Estamos comemorando também o fato de que progressivamente o Brasil dá importância cada vez maior às suas mulheres. Se você me perguntarem é o bastante? Eu direi não é, ainda não! Nós precisamos de muito mais, mas as mulheres conquistaram várias coisas. Eu tenho certeza que ter conquistado a presidência da República é importante, porque mostra para uma menina de 7 anos que mulher poder, mulher pode! Antes, só menino queria ser presidente da República, espero que uma porção de meninas queiram ser presidentas da República. Finalmente quero dizer para vocês de todo o coração: é um futuro muito melhor para o Brasil que nós desenvolvemos a partir dessas vacinas hoje. Um abraço para cada uma de vocês e para cada uma das meninas de todo o Brasil, de todos os estados, porque nós estamos lançando um programa de âmbito nacional. Muito obrigada (ROUSSEF, 2015).

A referida política pública reflete o eixo de uma ação governamental orientada pela perspectiva de gênero que busca resgatar as mulheres como sujeito das políticas, implicando na construção de canais de debate para definir prioridades e desenhar estratégias para caminhar no sentido de transformar os organismos de políticas para mulheres nos governos democráticos em seus diversos níveis, federal, estadual e municipal em interlocutores válidos para construir as pautas políticas e articuladores gerais das políticas públicas prioritárias (SILVEIRA, 2004, p.69).

---

vacinação com o slogan “Toda menina e toda mulher precisam de proteção” nas principais peças da campanha.

Nesse sentido, reivindica-se a incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública (de forma horizontal), mais que sua eleição como foco de políticas específicas, de forma que a problemática das mulheres seja contemplada toda vez que se formular e implementar uma política (FARAH, 2004, p. 135).

Todavia, esse processo de formulação e implementação deve abranger informações claras, coesas e transparentes. Ademais, é imprescindível que haja o devido preparo técnico e operacional para dirimir as dúvidas e minimizar a insegurança em torno de temas como campanha de vacinação.

### 3. REPENSANDO O DIALOGISMO NO ESTADO DE BIOPODER

O contexto da campanha de vacinação contra HPV exige que as relações e posturas entre Estado e sociedade sob o prisma da comunicação sejam repensadas, otimizando o processo comunicativo em torno dos benefícios da vacina, os efeitos colaterais e as etapas da vacinação. Mas de qual característica do Estado se trata quando se questiona a condução de uma política pública da envergadura da vacinação HPV?

De acordo com Lessa e Schramm (2015, p. 118),

a evolução da biotecnociência preventiva que disponibiliza a cada ano novas vacinas com o rótulo de serem cada vez mais seguras e eficazes, aliada ao crescente leque de vetores de insegurança tratáveis ou preveníveis por meio de técnicas de imunização, criaram uma tendência cultural e ideológica de considerá-las como a eterna panaceia sanitária do mundo, a qual, no entanto, se encontra no coração das relações de poder e de biopoder entre o Estado, a indústria farmacêutica e os cidadãos.

Essas relações de poder e de biopoder são compreendidas nas lições de Foucault que define o poder como o “conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais e vai poder entrar numa política, numa estratégia geral de poder” (FOUCAULT, 2008 [1976-1978], p. 3).

De fato, observa-se na campanha de vacinação de HPV um poder centrado no controle disciplinar e regulador preventivo de futuros comportamentos de risco à saúde pública, como os comportamentos sexuais.

Afinal, a operacionalização da campanha de vacinação contra o HPV foi articulada pela Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde entre as Secretarias Estaduais de Saúde, as

Secretarias Municipais, as Regionais de Saúde, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as Escolas Públicas e Privadas.

Via de regra, a primeira dose da vacina HPV pôde ser administrada nas escolas e nas UBS, sendo que as demais doses serão aplicadas apenas nas UBS. Salienta-se que as escolas atuaram como um dos principais locais de articulação ativa da vacinação, onde a vacinação das adolescentes ocorreu sem a necessidade de autorização ou acompanhamento dos pais ou responsáveis legais. Porém, caso os pais ou responsáveis legais não autorizassem, deveriam encaminhar um termo de recusa. Além disso, houve a recomendação da realização de um registro nominal das adolescentes vacinadas, para que possam ser “encontradas” nas situações de não comparecimento nas doses aprazadas.

Assim sendo, as atuais políticas de vacinação seriam claramente técnicas de poder que são chamadas por Foucault de disciplinas que consistem em “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1975, p. 161).

Dessa maneira, o poder que o Estado infere a partir da perspectiva do biopoder requer a reformulação de postura, tornando-se relevante e necessária a comunicação pública que “envolve o cidadão de maneira diversa, participativa, estabelecendo um fluxo de relações comunicativas entre o Estado e a sociedade” (BLUMLER, 1990, pp. 101-113).

Na visão de Duarte, a comunicação pública ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e à expressão. Em virtude disso,

a comunicação pública deve ser compreendida com o sentido mais amplo do que dar informação. Deve incluir a possibilidade de o cidadão ter pleno conhecimento da informação que lhe diz respeito, inclusive aquela que não busca por não saber que existe, à possibilidade de expressar suas posições com a certeza de que será ouvido com interesse e a perspectiva de participar ativamente, de obter orientação, educação e diálogo (DUARTE, 2007, p. 64).

A comunicação pública em torno da vacina deve chamar a sociedade para dialogar e aumentar os instrumentos e espaços de interação. Por consequência, permitindo a aproximação da sociedade e não deixá-la à mercê das incertezas que envolvem uma nova tecnologia implementada entre um público específico, cercada de peculiaridades e dúvidas – como é o caso da vacina HPV.

Na concepção habermasiana, “o agir comunicativo é a possibilidade de os agentes sociais discutirem sobre os assuntos de interesses da coletividade, afastando, assim, a exclusividade exercida por grupos dominadores” (HELPER, 2006, p. 1625). Neste sentido,

abordar a comunicação sob o prisma da relação entre Estado e sociedade não é só uma tentativa de motivar reflexões acerca do potencial estratégico da comunicação nesse âmbito, como também um desafio que implica considerar uma complexa rede de relações.

Nesse sentido, Scroferneker analisa que

é necessária uma rotina comunicacional entre o poder e a sociedade em geral para transmitir informações sobre decisões, ações, campanhas e discussões que se instalam na área governamental. Na mesma proporção e na direção inversa, também precisam ser abertos espaços para que a sociedade se manifeste junto às autoridades constituídas, para expressão da opinião e expectativas, promovendo uma interlocução entre as partes (SCROFERNEKER, 2008, p. 72).

Por essas razões, as propostas da comunicação pública deve dar lugar ao processo relacional, de diálogo, e ao fomento da comunicação praticada também por outros atores e por outros espaços com intuito de dirimir o tema controverso e as informações deficitárias. A partir do foco deste trabalho, analisaremos um processo constituidor da deliberação pública, que é construído na comunicação pública do serviço público.

#### 4. COMUNICAÇÃO PÚBLICA E INTERNET

É notável o quanto a internet se tornou uma ferramenta e, ao mesmo tempo, ambiente de problematização, divulgação, prestação de serviço e debate da política no Brasil. E isto engloba e alimenta também a comunicação pública do serviço público prestado por órgãos de governo que estão presentes extensivamente na internet. Isto é comprovado na quantidade de perfis oficiais nas redes sociais, afinal não é de hoje que as instituições públicas vêm buscando novos canais de participação e interatividade no ambiente digital.

A participação nas redes sociais evidenciou-se na portaria no 38 (Norma Complementar no 15/IN01/DSIC/ GSIPR), publicada no Diário Oficial de União em junho de 2012. Ali estão estabelecidas diretrizes para o uso seguro das redes sociais na Administração Pública Federal (APF) (NASCIMENTO, 2013, p. 203). Twitter, Facebook, Flickr, YouTube e Instagram passaram a fazer parte da maquinaria estatal de contato com a população, resultando em mais interação e, em tese, maior permeabilidade às demandas sociais.

Em termos de comunicação pública, parte-se da visão de Pierre Zémor no viés da comunicação prestada e originada no âmbito do serviço público. Segundo o autor, isto significa a “troca e compartilhamento de informações de utilidade pública ou de

compromissos de interesses gerais. A comunicação pública contribui para a conservação dos laços sociais”. Ademais, a responsabilidade compete “às instituições públicas; ou seja, às administrações do Estado, aos serviços das coletividades territoriais, aos estabelecimentos, empresas, organismos encarregados de cumprir uma missão de interesse coletivo (ZÉMOR, 2009, p. 189).

Nessa linha, o conteúdo da comunicação pública tem como referências convencionais “o interesse público, o direito à informação, a busca da verdade e da responsabilidade social pelos meios de comunicação de massa” (MATOS, 2006, p.64). Esse conjunto de valores, segundo Matos, devem refletir “sobre as práticas profissionais dos comunicadores envolvidos e os princípios normativos que lhe servem de orientação”.

Para Esteves (2011), as Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (NTCIs) promovem o alargamento democrático no universo digital, fortalecidas especialmente pelas ofertas dos serviços públicos estatais na web postos para interagirem com os diversos públicos. Muitas das políticas públicas se comunicam pelos canais digitais, articuladas pela comunicação no espaço público da web ao estabelecerem mais uma forma de contato com a população. A novidade desta realidade infere o desenvolvimento de novas práticas públicas de parte do Estado no esforço de uma interação administrativa e eficiente. Além disso, em redes sociais como o Facebook, que oferece espaço enfatizado aos comentários, a conversação *on-line* ganha relevância, pois “pressupõe um processo de comunicação horizontal baseado na parceria e no estímulo ao engajamento da sociedade” (NASCIMENTO, 2013, p. 199).

Neste sentido, um senso de *civic commons* é fundamental para a promoção de mecanismos com vistas a garantir o acesso e a participação na rede.

O papel do *civic commons* deverá ser interligar as diversas redes sociais que apenas podem aspirar a aceder aos juízos públicos por mediação de uma instituição impessoal, empenhada em facilitar a comunicação entre as pessoas que não precisam necessariamente se conhecer ou compreender mutuamente. A função de um instituição impessoal deste tipo é servir como um íman democrático (ESTEVES, 2011, p. 43).

Como se percebe, o *civic commons* consiste em um núcleo de características cívicas que ocorrem a partir de uma intervenção do Estado. Embora haja visível empenho em alguns casos no atendimento a demandas, questões, dúvidas e solicitações ao serviço público via redes digitais, existe uma atitude refratária de parte dos governos em responder a questionamentos mais profundos sobre políticas públicas que são opções de Estado.

Ademais, há casos em que se percebe um tolhimento ao debate público sobre as ações e estratégias de governo justamente no momento em que uma política pública chega ao seu objetivo final, ou seja, no contato com o seu público-alvo. Estar exposto ao contraditório e à dúvida frequentes da opinião pública são situações cada vez mais comuns a que a comunicação pública dos governos terá de se adaptar na nova ecologia digital.

Para Zémor (2009, p.190), os desafios da comunicação pública são de três ordens: a vizinhança ambígua com a política; a tentação de adotar ideias que reduzem o cidadão a um turista ou cliente da coisa pública; e a dificuldade em admitir, perante as mídias, que ela tem como missão específica o serviço ao público, garantindo relações de qualidade, com a finalidade de melhor preencher seu próprio dever de informar.

#### 4.1 SOBRE O FACEBOOK

O Facebook é a rede social mais popular no Brasil<sup>10</sup>. Conta com 89 milhões de usuários no país e é acessada diariamente por 59 milhões<sup>11</sup>. O Brasil é a segunda maior população dos mais de 1.4 bilhões de usuários da rede. Segundo Recuero (2013), o crescimento do uso do Facebook no Brasil apresenta novos contextos para a comunicação no que se refere a processos e discursos. Tais contextos “permitem também que novas e antigas práticas sociais emirjam e se popularizem nas redes sociais *on-line*” (RECUERO, 2013, p. 1).

Neste sentido, as fanpages institucionais de governo ganham relevância, porque congregam suas audiências concentradas em um canal mais direto entre Estado e sociedade. A fanpage consiste em uma página identificada, que pode ser criada por qualquer usuário – pessoa ou instituição. Em geral, é direcionada a um conteúdo específico. Os públicos buscam esses canais para interagir, dirimindo dúvidas e se informando sobre serviços, especialmente quando se trata de órgãos federais de políticas públicas.

---

<sup>10</sup> Dados referentes ao segundo trimestre de 2013 de acordo com levantamento da ferramenta de inteligência em marketing digital da Serasa Experian, a Hitwise.

Fonte: <http://top10mais.org/top-10-redes-sociais-mais-acessadas-do-brasil/#ixzz3inOUDrtN>. Consulta em 9/08/2015.

<sup>11</sup> Dados de 2014 da consultoria digital e-Marketer. Disponível em <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2014/08/22/Facebook-tem-89-milhoes-de-usuarios-no-Brasil.html>. Consulta em 9/08/2015.

A fanpage do Ministério da Saúde, onde se concentrou a pulverização digital da campanha de vacinação do HPV, está em sétimo lugar no ranking de audiência de fanpages governamentais no Brasil, com 1.214.854 fãs<sup>12</sup>. Isto gera uma movimentação intensa na página, por meio da qual o MS divulga as suas campanhas de saúde. A interação com o público é grande, seja por meio de curtidas, compartilhamentos de conteúdos e comentários. Essa interlocução é a marca da Web 2.0, que requer que as organizações utilizem os instrumentos considerando “a presença e participação dos seus públicos, suas especificidades e o contexto cultural” (NASCIMENTO, 2013, p. 203).

## 5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo utiliza como amostra de 6 comentários de postagens do Ministério da Saúde referentes à campanha de vacinação do HPV. O período da coleta no que tange à verificação do diálogo entre governo e população foram março de 2014 (início da aplicação da 1ª dose da vacina), com 2 postagens, e setembro de 2014 (aplicação da 2ª dose), com 4 postagens.

O conjunto de mensagens passou por uma análise enfocando temas relativos a controvérsias da vacina mediante a metodologia de análise de conteúdo qualitativa. A seleção se baseou nas diferentes problemáticas colocadas pelo público em relação à controvérsia da vacina (segurança, efeitos colaterais, necessidade de mais informação) e a resposta ou ausência de resposta do Ministério da Saúde aos comentários.

Conforme Souza (2006, p.680) a análise qualitativa deve ocorrer sobre uma seleção de análise, definida pelo pesquisador a partir de um categoria a ser investigada, considerando hipóteses e perguntas colocadas. Assim se apresentam os dados que servem à interpretação. Na individualização e circunscrição do problema deste artigo, a observação é guiada pelo nível da controvérsia gerada pela vacina do HPV e em como isto aparece nos comentários de postagens no Facebook durante a campanha. Considerando o aspecto necessariamente

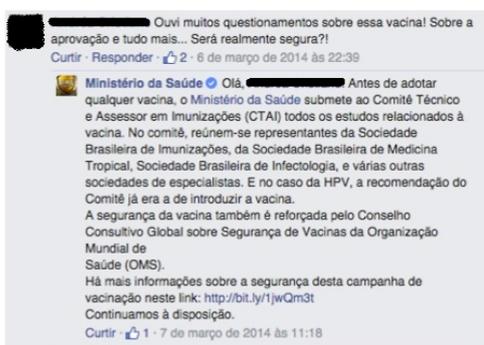
---

<sup>12</sup> No segmento de páginas governamentais, em primeiro lugar está a fanpage do Exército Brasileiro (2 340 503), seguido por Parada Pela Vida (2 264 270), Ministério da Educação (1 627 438), Ministério da Justiça (1 520 430), Departamento da Polícia Federal (1 386 543) e Conselho Nacional de Justiça (1 260 410). Fonte: Social Bankers, 2015. Consulta em 9/08/2015.

dialógico desta comunicação de interesse público no ambiente digital, as respostas e as ausências de esclarecimento por parte do MS também são verificadas a fim de se perceber a qualidade da comunicação pública de governo.

## 6. ANÁLISE

Logo na 1ª fase da campanha, em março, a controvérsia em torno da vacina vocalizada nos comentários mencionava que o imunobiológico já havia sido abolido em outros países, cobranças por estudos sobre o custo/efetividade da vacina, etc. Esses elementos também repercutiam em outros espaços. Isto fica evidente em alguns comentários de pessoas que buscaram a fanpage para checar a veracidade de informações (Figura 1). Alguém refere “ouvi muitos questionamentos”, dando a entender que era uma repercussão. Para firmar posição, o MS cita órgãos para legitimar a segurança da vacina, como a OMS.



**FIGURA 01 – POST DO MINISTÉRIO DA SAÚDE**

**FONTE: FANPAGE MINISTÉRIO DA SAÚDE<sup>13</sup> (2014)**

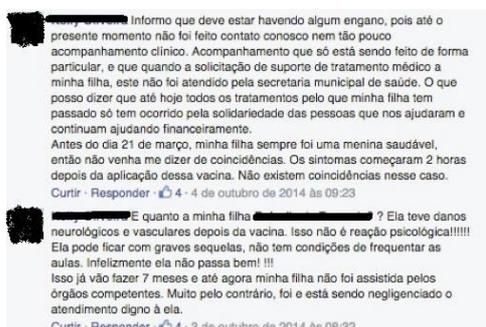
No entanto, a diferença nesse período está na concentração de críticas de religiosos sobre a vacina, conforme visto no primeiro comentário, que prega a castidade. Outro ponto levantado no 5º comentário é sobre a condução da campanha na estratégia de vacinar meninas virgens. Importa destacar ainda que o debate muitas vezes se estabelecia entre os internautas, sem qualquer interferência ou esclarecimento do MS (Figura 2).

<sup>13</sup> Fanpage disponível em <https://www.facebook.com/minsaude?fref=ts>. Consulta em 11/08/2015.



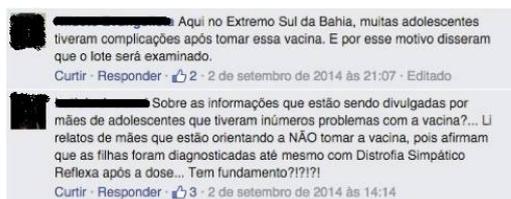
**FIGURA 02 – POST DO MINISTÉRIO DA SAÚDE**  
**FONTE: FANPAGE MINISTÉRIO DA SAÚDE (2014)**

Na 2ª fase da campanha, em setembro, foram divulgadas notícias sobre meninas que tinham perdido o movimento nas pernas após a aplicação da dose. Isto gerou não só mais dúvidas e medo, mas até a visibilidade a uma mãe cuja filha apresentou problemas (Figura 3).



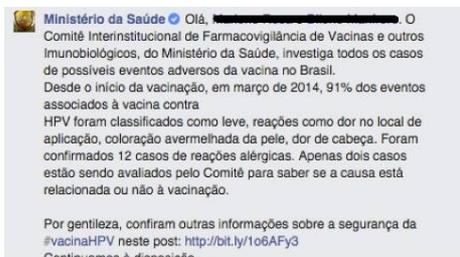
**FIGURA 03 – POST DO MINISTÉRIO DA SAÚDE**  
**FONTE: FANPAGE MINISTÉRIO DA SAÚDE (2014)**

O clima de medo nas primeiras semanas da 2ª etapa era constante e vários comentários tratavam de efeitos adversos, cobrança de informações, reclamações e perguntas, acusações à indústria farmacêutica e ao MS, etc.



**FIGURA 04 – POST DO MINISTÉRIO DA SAÚDE**  
**FONTE: FANPAGE MINISTÉRIO DA SAÚDE (2014)**

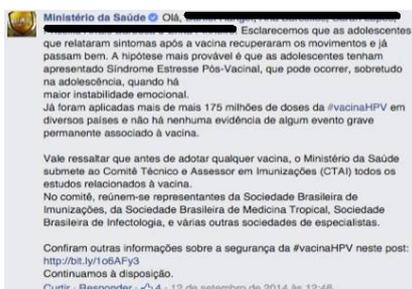
Após muitas cobranças, o MS se posicionou afirmando que estava monitorando os casos adversos, mas que em sua maioria eram efeitos leves (Figura 5).



**FIGURA 05 – POST DO MINISTÉRIO DA SAÚDE**

**FONTE: FANPAGE MINISTÉRIO DA SAÚDE (2014)**

Destaca-se o automatismo e a repetição de repostas a vários questionamentos de diferentes ordens. Isto se justifica na medida em que atender caso a caso os comentários seria uma tarefa exaustiva. Porém, evidenciou-se uma dificuldade do MS em lidar com os questionamentos em casos sérios. A resposta da Síndrome do Stresse Pós-Vacinal como possível causa dos efeitos adversos foi um feedback padrão utilizado (Figura 6).



**FIGURA 06 – POST DO MINISTÉRIO DA SAÚDE**

**FONTE: FANPAGE MINISTÉRIO DA SAÚDE (2014)**

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da campanha de vacinação de HPV, o Estado buscou exercer um tipo de controle minucioso das operações do corpo feminino, sem prever eventuais e possíveis consequências que extrapolariam a sua esfera de poder, como verificado nas controvérsias apresentadas nos comentários. Desta forma, o biopoder exercido a partir da estipulação da

vacina HPV demonstrou uma lacuna de informação e preparo em dois níveis. Havia o despreparo de parte da implementação e o despreparo na recepção da população.

Em que pese a ênfase disciplinar dos mecanismos teorizados por Foucault, sem uma comunicação esclarecedora, uma política pública pode não surtir os efeitos desejados e criar um clima de medo geral. Isto é verificado no momento que surgiram dúvidas, incertezas, temores e relatos por parte, principalmente, dos pais e responsáveis pelas adolescentes que tomariam ou tomaram a vacina. O Estado se viu em uma situação de impotência, dada a sua ineficiência em disponibilizar informações completas e específicas para cada caso concreto.

Por conseguinte, diante da contrariedade da população, a alternativa foi replicar comunicados da Organização Mundial da Saúde com o intuito de legitimar o seu discurso, acalmar os mais exaltados e assim atingir as metas previstas para a campanha.

Ocorre que esse comportamento cria obstáculos para garantir a efetividade de políticas públicas de gênero, requerendo, para tanto, a necessidade de reformulação de postura, tornando-se relevante a comunicação pública de maneira mais participativa e eficiente desde a proposição para que não ocorra mais uma revolta da vacina – como a de 1904 – numa época em que há ferramentas de Tecnologias de Comunicação e Informação disponíveis com a finalidade de promoção do alargamento democrático no universo digital.

Nessa enseada, se faz necessário que as instituições governamentais avancem na portaria de diretrizes, aplicando de forma mais concreta um senso de *civic commons* na comunicação pública, conforme proposto por Esteves (2011), enfatizando a perspectiva de interesse público (ZÉMOR, 2009; MATOS, 2006) e da complexidade das questões contemporâneas de saúde e gênero. Ademais, é importante ressaltar que novas tecnologias como a vacina HPV tem de assegurar de forma mais efetiva sua eficácia, prevendo planos para casos adversos. São frequentes os casos de imposição da indústria farmacêutica e, em situações que apresentam evidências de risco, ter um posicionamento para lidar com a problemática visando o esclarecimento do público é a alternativa mais apropriada.

Como reflexo da problemática, pode-se inferir que o panorama interferiu no alcance das metas estipuladas. A 1ª fase conseguiu atingir a vacinação de 80% das meninas na maioria dos municípios, muito em função da estratégias nas escolas e na novidade que era a vacina. Com o fortalecimento dos questionamentos sem respostas satisfatórias, na 2ª fase, não houve a obrigatoriedade da vacinação nas escolas e surgiram de forma mais visível os efeitos adversos. A meta, então, não foi alcançada na maior parte das cidades brasileiras.

Destarte, a comunicação pública em torno da vacina deve chamar a sociedade para dialogar e aumentar os instrumentos e espaços de interação, valendo-se das NTCIs. Por

consequência, deve-se permitir a aproximação da sociedade e não deixá-la à mercê das incertezas que envolvem uma nova tecnologia implementada entre um público específico, cercada de peculiaridades e dúvidas – como é o caso da vacina HPV.

## 7. REFERÊNCIAS

BLUMLER, Jay. Elections, the media and the modern publicity process. **Public Communication**, London, Sage, pp.101-113, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das doenças transmissíveis. Manual dos Centros de Referência para imunobiológicos especiais. **Ministério da Saúde**, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das doenças transmissíveis. – 4 Ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 160 p. Disponível em [http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/-01VACINA/manual\\_crie\\_.pdf](http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/-01VACINA/manual_crie_.pdf). Acesso em: 13 de agosto 2015.

DALFIOR, Eduardo Tonole; LIMA, Rita de Cássia Duarte; ANDRADE, Maria Angélica Carvalho. Reflexões sobre análise de implementação de políticas de saúde. **Revista Saúde em Debate**, v.39, n. 104. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n104/0103-1104-sdeb-39-104-00210.pdf>. Acesso em: 13 de agosto 2015.

DUARTE, Jorge. Instrumento de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, p. 64, 2007.

ESTEVES, João Pissarras. Novas Media e Deliberação: sobre Redes, Tecnologia, Informação e Comunicação. **Media & Jornalismo**. n.18, v.10, n.1, 2011.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas públicas e gênero. In: SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher; **Secretaria do Governo Municipal**. Políticas públicas e igualdade de gênero. Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

GARCIA, Bianco Zalmora. Esfera pública e política deliberativa: a radicalidade democrática em Habermas. **Trabalho apresentado ao X Simpósio da Associação Ibero Americana de Filosofia Política: A igualdade: antigos e novos desafios**. México, D.F., de 24 a 26 de outubro de 2007. Disponível em: <https://cefil.wordpress.com/>. Acesso em: 12 agosto 2015.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la acción comunicativa I - Racionalidad de la acción y racionalización social**. Madri: Taurus, 1987.

\_\_\_\_\_. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Vol 1. Trad: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HELPER, Inácio. **Inclusão do Outro, Dever Moral e Direito segundo Habermas**. Direitos Sociais & Políticas Públicas, Desafios Contemporâneos – tomo 6. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

LESSA, Sérgio de Castro; SCHRAMM, Fermin Roland. Proteção individual versus proteção coletiva: análise bioética do programa nacional de vacinação infantil em massa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 115-124, Jan. 2015. Disponível em : <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232015000100115&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000100115&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 agosto 2015.

LUCHMANN, Ligia Helena Hahn. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa. A experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

MATOS, Heloiza. Comunicação Política e Comunicação Pública. **Revista Organicom**. Ano 3, Número 4, 2006.

NASCIMENTO, L. Comunicação pública no Twitter. In: MATOS, Heloísa (org) **Comunicação pública : interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

PANKE, L.; NETO, M.L.L. A presença feminina na campanha eleitoral radiofônica do prefeito eleito em Curitiba. **Rádio-Leituras**. Ano IV, Num 01 Edição Janeiro – Junho 2013. Disponível em <https://radioleituras.files.wordpress.com/2014/03/anoivnumiart04.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

PORTO, Mayla Yara. Uma revolta popular contra a vacinação. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 55, n. 1, Jan. 2003. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252003000100032&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252003000100032&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 agosto 2015.

RECUERO, R.; SOARES, P. Violência simbólica e redes sociais no facebook: o caso da *fanpage* “Diva Depressão”. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 26, p. 239-254, dez. 2013.

ROUSSEF, Dilma. Pronunciamento de lançamento da vacinação HPV. Realizado em 10/03/2014. São Paulo: material coletado a partir de vídeo disponibilizado no **Blog do Planalto**. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/centrais-de-conteudos/videos/dilma-discursiva-no-lancamento-da-vacinacao-nacional-contra-o-hpv>. Acesso: 10 de agosto de 2015.

SCROFERNEKER, C. M. **O diálogo possível: comunicação organizacional e paradigma da complexidade.** Porto Alegre, RS: Edipucrs, 2008.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher; **Secretaria do Governo Municipal.** Políticas públicas e igualdade de gênero. Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media.** 2ª edição revista e ampliada. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

ZÉMOR, Pierre. Como anda a Comunicação Pública? **Revista do Serviço Público** 1937. Brasília: ENAP, 2009.